



Partidos políticos e direção burguesa: apontamentos teóricos sobre a formação da consciência de classe dominante no Brasil (2007-2017)

Diego Paulo¹

O texto abaixo encaminha apontamentos sobre a relação entre *aparelhos privados de hegemonia*, *formação da consciência de classe* e *concorrência no capitalismo*. Seu caráter fragmentário vem da natureza de um texto ainda em elaboração. A reflexão que subsidia o trabalho é embrionária e foi levada à interlocução com os pares a fim de que luzes fossem acesas para guiar os difíceis caminhos de quem se dedica a pesquisar um objeto relativamente novo. A parca literatura sobre *concorrência* aplicada à formação das classes sociais dificulta a tarefa, o que, claro, não é justificativa para qualquer equívoco que o texto abaixo comporte.

Em um mundo ideal, talvez o mesmo não devesse ser publicado, sendo deixado na gaveta aguardando momento de melhor elaboração. Porém, os imperativos do objeto que tento descrever, qual seja, os da concorrência no capitalismo, impelem-me a publicá-lo. Eis o estranho momento em que, buscando compreender a concorrência, um pesquisador ajuda a reproduzi-la. Difícil existir melhor prova da sujeição de meros *indivíduos* às condições que eles encontram previamente dadas.

Indo diretamente ao ponto do texto, pretendi, nas linhas que se seguem, demonstrar que a concorrência é um atributo específico do modo de produção capitalista – podendo existir em outras sociedades, mas de um modo particular e parcial, não naturalizada e generalizada como no capitalismo. O segundo momento tenta articular esse princípio da competição que se universaliza com a atuação dos intelectuais no interior de *aparelhos privados de hegemonia*. A intenção foi chamar atenção para as dinâmicas internas àquelas entidades, que influenciam a formação das consciências de classes e frações de classe. O viés do conflito, inclusive interno, tem aqui seu tom didaticamente elevado, o que não significa negar alianças, conciliações e a organização classista.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). O texto é parte da pesquisa de doutoramento financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



A concorrência na matriz do modo de produção capitalista

Entre os marxistas, *A ideologia alemã* é considerada o momento do advento do materialismo histórico na obra de Marx e Engels. Com efeito, há em alguns textos que compõem a obra um esboço de uma nova forma de compreender a História e produzir a historiografia. Disponibilizado ao grande público somente em 1932, ainda assim o texto publicado é parcial. Trata-se da parte que sobreviveu à “crítica roedora dos ratos” após o fracasso de sua publicação, como admitem os autores, e às supostas censuras por parte dos responsáveis pela obra – a história mais famosa dessa polêmica é a que envolve Edward Bernstein, que teria mutilado o texto original ao descartar as partes que contradiziam mais claramente a pauta reformista por ele defendida (DIAS, 2011).

Dessa forma, o texto a que hoje temos acesso é fragmentário. Entretanto, sua importância é estratégica para aqueles que pretendem compreender o pensamento marxiano e engelsiano sobre o materialismo histórico e, principalmente, sobre a questão que mais interessa aqui, qual seja, a da *formação da consciência de classe*. Por conter reflexões embrionárias sobre esses objetos, creio que as linhas mestras da gênese do materialismo histórico e sua relação com a problemática da consciência ficam aqui especialmente aparentes, residindo aí um dos pontos de atração da obra. Conviria certamente acompanhar a evolução do pensamento de nossos autores sobre a questão, perscrutando as alterações advindas do progresso de suas reflexões. Essa meta eventual, entretanto, escapa o escopo deste pequeno artigo, ficando, por conseguinte, como projeto para o futuro. Resta-nos decifrar, na presente seção do texto, como Marx e Engels compreendiam a *formação das consciências* dentro da perspectiva do materialismo histórico. O método entendido como mais adequado, dado os diversos limites deste trabalho, é trabalhar em cima de alguns extratos sobre a questão presentes na obra.

Iniciemos com o famoso rascunho de um debate com as ideias de Feuerbach, contido n’*A ideologia alemã*. Nele, Marx e Engels sugerem um método de pesquisa para o materialismo histórico que é revelador de suas potencialidades para esclarecer a questão que baliza este trabalho. Assim, argumenta que deve-se começar por constatar

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida,



moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvidas, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente (...). A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça (MARX, K. ENGEL, F. 2007 [1845-46], p. 33).

Para assegurar os meios de vida, há a metabolização da natureza, inclusive dos seres humanos no processo. Em outras palavras, para viver, as pessoas transformam a natureza ao redor, no caminho modificando também a sua própria natureza, inclusive a compreensão do mundo e de si próprios. Nesse ato primordial, a humanidade descobre novas necessidades das mais diferentes ordens, todas decorrentes da relação metabólica com outros seres naturais. Impõe-se a elaboração de instrumentos de produção – da linguagem a outros, mais complexos, em estágios mais desenvolvidos – e a formação de grupos societários, dos quais a família é a primeira amostra e a base para as formas historicamente posteriores de governo² (MARX, K. ENGEL, F. 2007 [1845-46], p.33). Importante ressalva é que, o que no texto aparece sequencialmente – a produção fundamental, a descoberta de novas necessidades e a formação de grupos societários –, não deve ser considerado como “estágios distintos”, mas um recurso didático para apresentação desses elementos que teriam coexistido “desde os primórdios da história e desde os primeiros homens” (*idem, ibidem*). Assim, o movimento da natureza, do qual o homem faz parte como agente de transformação interna, produz, a um só tempo, aqueles resultados. Essa é a base para qualquer História, na medida em que esse fundamento forma as pessoas, mas também o que geralmente se chama de “natureza”.

O estudo daqueles momentos interessa a história também por eles serem dinâmicos e variáveis ao longo do tempo, dado que as gerações que se seguem umas às outras já encontram como dadas diferentes relações metabólicas da natureza composta pela humanidade – e é sobre essa forma encontrada, e não sobre um qualquer estado

² Nessa altura, é interessante a ressalva que Marx e Engels fazem, lembrando que a família também tem sua hierarquização interna, com o homem se apropriando do trabalho da mulher e dos filhos. A observação é indicadora tanto da preocupação com as divisões de trabalho pelo que hoje se chamaria “gênero” quanto reveladora da limitação da definição familiar à sua época (MARX, K. ENGEL, F. [1845-46], p. 36).



primordial imaginado, que fazem incidir seu trabalho. A historicidade do pensamento de Marx e Engels nessa obra fica clara na seguinte passagem.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se estende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma ‘força produtiva’ –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a ‘história da humanidade’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (...) Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma ‘história’, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha homens unidos (MARX, K. ENGEL, F. [1845-46], p. 34.)

Sustenta-se, assim, o imperativo da historicidade na compreensão do ser humano e suas criações. Argumenta-se, ainda, contra qualquer ideia de homem universal, essencial e imanente, e a favor da historicidade do ser social, dado que a consciência humana, e logo suas disposições de agir sobre o mundo, deriva daquela relação social de produção da vida. Por conseguinte, a consciência

também não é, desde o início, “consciência pura”. (...) Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta ao homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive uma sociedade. (MARX, K. ENGEL, F. [1845-46], p. 35)

O advento da sociedade abriria a possibilidade da divisão social do trabalho – que aumentaria a produtividade e imporá aos seres humanos novas tarefas, como estocagem



e troca de excedentes. Também tornaria possível o aumento populacional, com todos os desafios daí decorrentes. Para Marx e Engels, a divisão social do trabalho, identificável já no ato sexual, desdobrar-se-ia primeiramente subsumida aos atributos naturais – por exemplo, à força corporal -, tendo então uma história particular, a qual origina a cisão que é vista como a que realmente *divide* as pessoas, qual seja, a separação entre o trabalho material e o trabalho “espiritual” (*idem, ibidem*).

A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc., “puras” (MARX, K. ENGEL, F. [1845-46], p. 35-36).

Essa relação das pessoas entre si e com a “natureza” constitui a “anatomia da sociedade civil” – sendo, para Marx e Engels, o verdadeiro “foco e cenário de toda a história” (MARX, K. ENGEL, F. [1845-46], p. 39), inclusive das formas de consciência e das disposições humanas, mesmo aquelas aparentemente mais *naturais*. É famoso o trecho d’A *ideologia alemã* em que os nossos autores sintetizam essas ideias, relacionando-as às lutas de classes.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual, As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante (...). (MARX, K. ENGELS, F. [1845-46], p. 47)

A citação acima contém uma dose de exagero – típica da pouca elaboração de um *rascunho*. Seria difícil conceder aos *jovens* Marx e Engels a razão quando eles afirmam que as classes dominantes determinam “todo o âmbito de uma época histórica”, já que a História é feita principalmente de lutas e contradições, não de rendições e imposições. Malgrado certo catastrofismo, os autores têm inegável mérito em chamar atenção ao problema da formação do que eles chamaram de *consciência* – e nós, de outra perspectiva histórica, chamaríamos de (in)consciência, por entendermos que a historicidade do ser afeta mesmo elementos não propriamente conscientes, como traumas, medos e ódios.



Parece-nos fundamental, portanto, acentuar que também as concepções de realidade e do estar no mundo são atravessadas não só por relações de poder, mas por lutas de classes. As ideias do possível seriam, assim, as ideias da classe dominante.

As observações acima são particularmente importantes por rejeitarem toda e qualquer compreensão que postula a dominação de um conjunto de ideias como expressão de sua qualidade e/ou do mérito de seus formuladores. Aquele domínio dos que dominam também como “pensadores” é definido pela adequação de seu pensamento a uma forma de pensar dominante, que, por sua vez, não é a expressão de nenhuma razão universal, mas é construto histórico com alicerces materiais no plano das relações sociais de produção, inclusive “espirituais”, responsáveis por formulações ditas “ideológicas”.

As lutas de classes são, assim, também lutas por esses *meios de produção espiritual*, na terminologia da obra. Controlar a formação das (in)consciências garante importante avanço tático na conquista daquilo que, mais tarde, Antônio Gramsci chamaria de hegemonia. O recurso ao pensamento do italiano aqui não é fortuito. Talvez o marxista sardo tenha sido quem mais avançou na análise materialista das organizações formadoras de disposições para o agir – que ele sintetizou sob a alcunha de *aparelhos privados de hegemonia* (doravante APH’s), tão cara aos candidatos a continuadores de sua obra. Os APH’s, assim, compõem aqueles meios de produção espiritual, de formação de (in)consciências e universalização de ideias particulares. *Trincheiras* importantes na batalha pela formação de uma nova sociedade – que, no entanto, não podem ser estrategicamente descoladas de uma transformação no modo de produção, sob pena de se descuidar o pensamento gramsciano do que ele tem de mais propriamente marxista – além de ignorar suas advertências sobre a impossibilidade de transformação radical da cultura sem equivalente revolução na estrutura produtiva (GRAMSCI, 1999).

Os *meios de produção espiritual* são também o âmbito de atuação dos intelectuais que Gramsci chamaria de *orgânicos* – agentes responsáveis pela construção da autoimagem da classe. No caso da citação de Marx e Engels reproduzida abaixo, reflète-se sobre a formação da burguesia, mas creio que a compreensão do processo vale para outras classes. Os intelectuais se formam, assim, pela divisão entre trabalho espiritual e material, como já mencionado acima e agora recuperado.



A divisão do trabalho, que já encontramos acima como uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e tem mêm tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios. (MARX, K. ENGELS, F. [1845-46], p. 48)

Seguindo Marx e Engels, pode-se argumentar que a autoimagem dessa classe não é formada caoticamente. Tampouco é mera derivação de sua posição no processo produtivo ou das condições materiais mais gerais de existência, e com isso afirmamos também a possibilidade de conflito no interior desse processo de formação. Somado a esses atributos, e na verdade pressupondo-os, há o papel dos intelectuais como *soldadores* da unidade classista e guias históricos dessa classe. As orientações burguesas mais particulares a uma conjuntura histórica, assim, não são derivações de um espírito burguês absoluto que se encarna nos indivíduos da classe, levando-os a adotar medidas e posturas adequadas ao desenvolvimento capitalista – até com certa clarividência. Em vez disso, trata-se de considerar que a classe burguesa se forma constantemente no devir histórico, determinada não só por seus interesses materiais, mas também pelo desempenho dos intelectuais no fabrico da ideologia e na orientação das posições políticas e econômicas vistas como adequadas à cada época.

Guardamos, portanto, concordância com Marx e Engels na passagem exposta acima. O trecho seguinte da obra, no entanto, parece-nos potencialmente problemático.

no interior dessa classe [a burguesia], essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada, momento no qual se desfaz também a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e de que ela elas teriam uma força distinta da força dessa classe. (MARX, K. ENGELS, F. [1845-46], p. 48)

Ora, a forma da redação parece indicar que a oposição possível na existência dos intelectuais burgueses é em relação aos não-intelectuais, isto é, aos burgueses *práticos*, que dominam efetivamente pela propriedade dos meios de produção. Cremos que a proposição encerra um reducionismo que ignora as disputas e os antagonismos existentes



também entre os intelectuais burgueses. Em outras palavras, cremos que, para realizar aquelas tarefas acima expostas, os intelectuais concorrem entre si pela direção da classe – o que tem como consequência ganhos práticos, materialmente visíveis e mensuráveis no mercado específico que se abre para intelectuais. Dirigir uma classe é progredir na carreira que se abre com o desenvolvimento daquele *nicho* de mercado, seja pela conquista de cargos e ocupações possibilitadas pela ascendência intelectual mencionada, seja pelo avanço do bem estar material quantificável na venda de livros e outros produtos típicos da intelectualidade.

De acordo com meu ponto de vista, assim, um estudo consequente dos *aparelhos privados de hegemonia* deve se indagar não só pelas lutas de classes que opõem eventualmente organizações burguesas e proletárias. Há igualmente que se atentar pelas clivagens internas, isto é, presentes no seio das organizações, bem como conflitos que opõem APH's da mesma classe ou fração de classe. Se conceber disputas entre classes fundamentais no interior de um APH pode parecer mais difícil – embora certamente não impossível – bem mais corriqueira é a competição entre representantes de uma mesma classe social – não só pelas divisões conhecidas de frações e setores, mas de intelectuais representantes de um mesmo setor ou fração. Entende-se, portanto, que a competitividade é traço algo estruturante da sociedade burguesa, estando presente não só entre os trabalhadores – como, aliás, reconhece a clássica obra engelsiana sobre o proletariado inglês (ENGELS, 1842) -, mas também entre grupos sociais mais restritos, como o que usualmente chamamos de intelectuais.

A partir dessas relações, erguem-se as instituições sociais, que, então, dialeticamente incidem sobre aquelas relações, dando à sociedade momentos de coerência e contradição. A reivindicação da História para sua teoria faz com que Marx e Engels se tornem incontornáveis para uma pesquisa que se dedique às organizações sociais, sendo, pois, tal o fundamento de nosso resgate.

Dessa forma, argumentamos que a competitividade, derivada das relações sociais de produção então vigentes, incrustada profundamente nos modos de vida que se formam com sua influência, marca a conduta das pessoas nas instituições sociais historicamente existentes em nossa época. Há, pois, uma relação dialética entre a disposição do agir e o modo de produção, o que no mais produz a aparência de coerência e, mais, naturalidade



entre a *práxis* e a *natureza* humanas. Afirmar que as pessoas agem competitivamente não é, assim, o mesmo que defender a naturalidade da competição. Trata-se de entender que em uma determinada quadra histórica – no caso, a nossa – em que reina um tipo específico de modo de produção – o capitalismo – as disposições humanas atuam coerentemente com os princípios da competitividade. E isso é assim principalmente porque a forma como a sociedade está estruturada favorece os que agem de tal modo – fazendo que o imperativo da concorrência apareça como manifestação da natureza humana e da única forma de vida possível, o capitalismo. As instituições sociais, por conseguinte, que não são mais que criações humanas, tendem a incorporar em sua estrutura esse traço fundamental. No caso dos APH's, a concorrência se torna um dos dínamos de suas relações mútuas. Convém, por fim, esclarecer a substância histórica dessa competição.

Notas marginais ao estudo da concorrência nos e dos APH's

Atualmente, o pesquisador que pretende enveredar pelo estudo das organizações das classes dominantes e sua penetração no Estado capitalista dispõe de importante ferramenta metodológica para tocar seu trabalho. Trata-se das observações de Sônia Regina Mendonça sobre a atuação política das classes dominantes no campo brasileiro, sobretudo ao longo do século XX. Sua tese de doutoramento legou um método de pesquisa que atualmente é seguido por muitos jovens pesquisadores – o qual consiste, em linhas gerais, em analisar a relação das organizações da sociedade civil – os APH's do título da seção – e a sociedade política, notadamente pela penetração de seus quadros nos cargos do Estado “restrito”, como Gramsci chamou o Estado *stricto sensu*. Na obra *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, Mendonça sistematiza o que seriam os passos necessários para a estruturação de uma pesquisa gramsciana do objeto mencionado.

O estudo da SNA [Sociedade Nacional de Agricultura, um dos APH's abordados em seu estudo] configura-se frutífero para a compreensão desse tipo de mecânica na qual a reconstituição de reivindicações específicas e seus resultados torna-se instrumental para avançar o conhecimento acerca das políticas de interesses e do próprio processo de construção do Estado na Primeira República. Analisar tão minuciosamente quanto possível sua origem, grupos representados, formas de ação e atividades significa, do meu ponto de vista, a possibilidade de trabalhar com três processos simultâneos: a) o da formalização de canais extrapartidários de articulação dos segmentos agrários da classe dominante, sugerindo-se a existência de uma



dimensão paralela ao mero jogo “oligárquico”; b) o da estruturação, via demandas e pressões oriundas da sociedade civil, de organismos especializados dentro do aparelho de Estado, com os quais tais segmentos pudessem relacionar-se, canalizando suas inquietações e ampliando seu poder e, finalmente; c) o da afirmação de uma dada matriz discursiva identificada ao *Ruralismo*. (MENDONÇA, 1995, p. 45)

Com o método proposto, Sônia Regina Mendonça pretendeu

salientar quanto os conceitos de dominação e hegemonia, fundamentais a uma dada visão do Estado (GRAMSCI), ao pressuporem em sua gênese coerção e consenso, sugerem um processo altamente dinâmico de construção e exercício, cujos canais de expressão – no nível da sociedade civil e da sociedade política – não dirimem o conflito e a discordância, num jogo de pressões e contrapressões que não se limita, apenas, às relações entre diversas classes, porém [existe] no bojo delas. (MENDONÇA, 1995, 45)

A trilha seguida pela pesquisadora foi capaz de vertebrar novos estudos sobre a formação do Estado capitalista no Brasil, bem como superar lugares-comuns na historiografia sobre a Primeira República, sobretudo no que tange à conceituação da dominação das “oligarquias”. Iluminando o processo com um monumental trabalho empírico, a autora nos permite vislumbrar os conflitos entre Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Ruralista Brasileira (SRB) pelas políticas públicas para a agricultura nacional - superando, dessa forma, as análises reducionistas que enfatizavam a aliança entre latifundiários paulistas e mineiros.

Ao chamar atenção às disputas entre a SNA e a SRB, Mendonça pretendeu jogar luz sobre os conflitos entre duas frações das classes dominantes rurais – uma fração dominante, estruturada em torno da pauta exportadora, e outra, dominada, voltada principalmente para o abastecimento do mercado interno. Aquelas organizações, assim, seriam os APH’s de cada uma dessas frações, por meio dos quais sua atuação política ganhava amplitude e legitimidade. Eis aqui em um estudo historiográfico de fôlego a representação, inclusive empírica, da concorrência entre APH’s como traço estruturante de sua atuação.

Uma questão, contudo, não recebe tanta atenção na admirável obra de Mendonça. Refiro-me aos conflitos internos que singram os APH’s. Com efeito, a autora tem a argúcia de percebê-los, como fica evidente na seguinte passagem.



(...) cabe também apontar para o que parece ter-se constituído numa espécie de *perfil de carreira* interno à instituição. A ativa participação em seus quadros ao longo do tempo (...) indica um critério possível para a escolha anual dos presidentes da agremiação embora, evidentemente, não fosse o único: o prestígio e a posição de seus integrantes na sociedade civil e, sobretudo, na sociedade política, deve ter tido igual peso nessa indicação. Significativamente, a maior concentração de sócios deputados verifica-se na Diretoria Geral e não na Diretoria Técnica – o que faz supor ter sido a *competência* o critério predominante no preenchimento dos cargos desta última, ao passo que a primeira, por seu caráter executivo, compor-se-ia com base no *prestígio político* de seus integrantes, transferindo-se atributos dos indivíduos para a instituição, em busca de eficácia e legitimidade. (MENDONÇA, 1995, p. 49. grifos da autora)

Essas indicações não encontram maior desenvolvimento na obra. Creio que a responsabilidade recaia sobre diversas limitações que vão do escopo da tese, preocupada em estudar a relação entre os APH's e a sociedade política, até os limites do próprio objeto abordado, já que o período trabalhado ainda não contava com um mercado intelectual desenvolvido no Brasil – o que, aliás, pode ter contribuído para tornar os proprietários de terra e políticos de carreira os principais partícipes das entidades.

O tratamento acima, apesar de limitado, é instigante. No fragmento do texto, a autora grifa *competência* por saber que este não pode ser tomado como um termo de significação matemática, isto é, como se a competência fosse aferida por métodos das ciências ditas duras. Há que se indagar naturalmente pelo que se entende por “competência”, bem como os sujeitos e os interesses que subjazem a essa formulação. A pergunta, porém, nos levaria a uma pesquisa potencialmente interminável, dado que haveríamos de analisar cada um dos micro-espacos sociais que circundam as entidades da sociedade civil, de atuação decisiva na construção de sentidos e visões de mundo particulares. Tarefa menos hercúlea para os limites desta reflexão é se perguntar *como* se define aquilo que aparece frequentemente sob o nome de “competência”. Creio que o sucesso desta tarefa pode oferecer importante contribuição para o estudo da formação de consciência classista em sociedades que Gramsci tipificou como “ocidentais”.

Isso porque se aceitarmos que os *aparelhos privados de hegemonia* têm papel importante na construção e organização de visões de mundo, compreender os mecanismos de estruturação interna auxilia sobremaneira no entendimento do fim do processo, isto é, como determinadas entidades são capazes de imprimir em seus adeptos o que Sônia Regina Mendonça chama, com Pierre Bourdieu, de *habitus*, a fim de que eles comunguem



de determinada razão classista, elaborada institucionalmente. A consequência seria a difusão de visões de mundo socialmente comprometidas, inclusive quando esses membros tomam assento em cargos públicos, funcionalizando-os de acordo com os interesses que singram a criação e o funcionamento daqueles APH's. Que os ditos técnicos não agem – e não podem agir – “republicanamente” à frente do governo nós sabemos, mas creio ainda faltar compreensão do processo que faz com que eles acreditem no que acreditam – e como esse mecanismo influencia no direcionamento das classes sociais em uma dada conjuntura histórica. O resultado do método de pesquisa historiográfica desenvolvido e aperfeiçoado brilhantemente por Sônia Regina Mendonça pode ser enriquecido, creio, se adicionarmos o componente do “conflito de ideias” no interior das entidades – pondo a nu os complicados e dinâmicos circuitos que estruturam aquilo que aparece ao fim do processo como *interesse de classe ou fração de classe*.

Nesse sentido, sugiro aqui que a concorrência, com suas diversas manifestações nas sociedades onde reina o modo de produção capitalista, atravessa não só o campo em que diferentes APH's interagem entre si, mas igualmente o interior de cada APH. Teríamos nesse caso o traço estruturante do conflito em uma sociedade de classes sendo marca indelével também das organizações classistas – o que, claro, não impossibilita a formação de alianças entre aqueles aparelhos, em homologia à situação verificada mesmo entre as classes e frações de classes sociais.

O lastro material dessa concorrência me parece especialmente evidente no mercado de intelectuais, no qual o prestígio se converte em ganhos simbólicos e, claro, monetários. Uma das ligações desse mercado com as classes sociais passa exatamente por essa noção algo dinâmica de “prestígio” – atributo que, claro está, é socialmente construído. Em sua formulação, porém, não atuam igualmente todos os segmentos sociais. Em vez disso, o que se vê é a proliferação de diversos sentidos de prestígio, determinados pelos agentes sociais que atuam decisivamente na sua formulação. Temos, portanto, definições variadas, o que na verdade implica dizer que há diferentes nichos daquele mercado, o que, claro, não exclui hierarquizações pelo alcance e influência social.

Há aqui uma relação dinâmica de mútua determinação, na qual o acúmulo de prestígio por um intelectual o faz avançar em sua carreira, tornando sua fala tanto mais influente quanto mais *competente*. Capaz, portanto, de direcionar inclusive a ação política



das classes sociais que *aderem* ao intelectual, atraídas por seu capital simbólico. Se consideramos as classes sociais em seu processo histórico de *constante fazer-se* tanto pelas experiências materiais quanto pelas influências culturais, como, no mais, defendeu E. P. Thompson (1987), temos que o papel desse mercado e dos intelectuais em sua formação é significativo.

Deriva daí também uma compreensão que relaciona esse mercado à construção dos partidos políticos em sentido gramsciano. É, afinal, o prestígio acumulado naquilo que Bourdieu (1989) chamaria de campo o que permite uma organização – e, portanto, a classe ou fração de classe por ela representada – se tornar dirigente intelectual em uma dada conjuntura histórica. O proposto acima busca evitar reducionismos que postulam a ação de classe como derivada diretamente de suas necessidades materiais, como se os grupos reais recebessem sua consciência unicamente das relações sociais de produção, sem qualquer mediação. Em vez disso, aqui insisto que o modo de produção é determinante, inclusive no legado da concorrência às demais relações sociais, mas não pode ser a única causa a explicar como pensam dominantes e dominados. Se assim fosse, tornar-se-ia absolutamente incompreensível como, em determinados momentos da História, as classes sociais atuam em sentido contrário àqueles que seriam seus interesses materiais. Por outro lado, esse pressuposto prejudicaria também o entendimento da ação classista em momentos de crise – frequentemente pulverizada, ambígua e, do ponto de vista da ação coletiva, contraditória internamente. Creio que uma explicação possível para a ação de classe nesses momentos é o elevado prestígio no campo intelectual de representantes de ideias fundamentalmente equivocadas sobre o funcionamento da estrutura econômica, que tem como desdobramento prático a incapacidade de encaminhar soluções para as crises. Esses impasses, afinal, são momentos privilegiados para entender a relação entre produção intelectual, orientação de classe e estrutura material da sociedade, demonstrando que a ação de classes e frações de classes não se dá de acordo com uma razão classista universal, mas pautadas por orientações políticas historicamente determinadas, cuja construção passa pela dinâmica particular do mercado intelectual.

A insistência na importância do modo de produção e nos interesses materiais é o recurso aqui adotado contra o avanço de perspectiva tipicamente culturalista. Esta enxerga na cultura a *instância* determinante da sociedade, e logo faz crer que a realidade



é elaborada unicamente no âmbito discursivo. Essa corrente de pensamento, se aplicada ao nosso objeto, provavelmente nos levaria a uma aporia, cuja maior expressão seria o conjunto de fatos históricos que aponta o frequente abandono de perspectivas teóricas frente à insolvência dos problemas materiais que elas se dedicaram a resolver. Do meu ponto de vista, portanto, ainda que as ideias sejam importantes, há a base material, a tal realidade rebelde, sempre a se impor, mais cedo ou mais tarde. Talvez assim possamos compreender, de um modo materialista, a gradual marginalização de escolas econômicas burguesas no seio do pensamento burguês – sendo o caso mais evidente em nosso tempo o abandono de princípios keynesianos e a supremacia das teses neoclássicas. Para além do lobby acadêmico contra Keynes e seus seguidores – do qual os APH's *neoliberais* são eminentes atores -, há que se ressaltar a incapacidade de solução da crise dos anos 1960 e 1970 nos marcos keynesianos, sobretudo pelo acirramento da luta de classes. Eis aí a tal realidade tirando as bases do consenso que vigia desde pelo menos a Segunda Guerra Mundial – a favor do qual os intelectuais atuaram ativamente.

Considerações finais: a pesquisa sobre o Instituto Fernando Henrique Cardoso

A questão que ora ocupou nosso interesse deriva da análise empírica de um dos APH's da sociedade civil brasileira, a saber, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), cuja atuação vertebrava minha pesquisa doutoral. Com efeito, um modo de sua interferência na “opinião pública” é a promoção de debates de “temas interessantes” à “agenda nacional”. A formatação do encontro me chamou atenção à importância da concorrência no encaminhamento da discussão, bem como para o que se gesta ali como *razão*. Em um dos eventos promovidos pela entidade, debateu-se educação pública objetivando a solução dos seus “problemas”.

Foram convidados para compor a mesa Naércio Menezes Filho, economista há muito dedicado a sugerir “soluções” para a educação brasileira, também pensador vinculado ao Instituto Millenium e colunista do Valor Econômico; e Cláudia Costin, ex-secretaria de educação do Rio de Janeiro, então membra executiva do Banco Mundial e



fundadora do Todos pela Educação, além de também ser pensadora vinculada ao Instituto Millenium, embora contribua com ele em menor intensidade do que Menezes Filho.

Tendo esses dois intelectuais à frente de uma plateia composta por outros “técnicos” da educação, políticos de carreira e empresários, o debate opôs duas compreensões de educação. Do lado de Costin, havia a defesa da gestão pública e estratégica da educação, entendida aqui como *meio de modernização* da sociedade brasileira; do outro lado, Naércio Menezes Filho insistiu na necessidade de se privatizar a gestão educacional brasileira, argumentando em favor das *escolas charter*, *escolas públicas*, mas com administração empresarial.

Talvez seja importante ressaltar que o debate em torno das questões não é de interesse puramente acadêmico por parte dos mencionados intelectuais. Ao contrário, as implicações objetivas foram particularmente evidentes nesse caso, já que se debatia, juntamente com a educação, se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) conhecida como PEC do Teto dos Gastos deveria ter apoio empresarial e político no seio daquela entidade. Isso porque Claudia Costin defendia a necessidade de maior investimento público em educação, o que na prática impediria a existência de um teto orçamentário para as despesas do Estado brasileiro. Posição contrária adotou Menezes Filho que, com discurso ultraliberal, acusou o Estado de ineficiência, salientando que, por conseguinte, o orçamento público não deveria crescer, mas exatamente diminuir, a fim de minorar o desperdício.

Qualquer que seja a posição que o IFHC assuma sobre essa questão a partir desse encontro, assim, poderá sofrer importante influência desse debate. A comprovação empírica dessa pesquisa terá de esperar uma atuação mais contundente da entidade no que toca ao debate público sobre a educação. De toda forma, o encontro aqui aludido ocorreu em meados de 2016, sendo, por isso, algo cedo para exigir resultados³. Em todo o caso, o que se buscou comprovar com a breve alusão ao debate foi a existência da concorrência entre intelectuais com ideias distintas em um APH concreto. Objetivo que me parece cumprido tendo o exposto sido levado em consideração.

³ Para mais detalhes e acesso ao vídeo do debate, ver:

<http://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/educacao-no-brasil-15-ideias-transformadoras-> (acessado em 11/08/2017 às 22h)



Referências

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução e História**. Das teses ao Manifesto. Rio de Janeiro: Sundermann, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 3, RJ, Civilização Brasileira, 1999

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MENDONÇA, Sônia Regina. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987